3097

Brasília, abril de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTADO DIGITAL: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE INDICADORES DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E SUA APLICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Antônio de Pádua Lima Brito
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: antonio.brito@ipea.gov.br.

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/td3097-port

Este texto para discussão (TD) tem como objetivo analisar criticamente o conceito de transformação digital no setor público e avaliar como diferentes instrumentos de medição internacional enquadram esse fenômeno. O estudo discute as limitações dos atuais indicadores de maturidade digital e propõe uma reflexão sobre os desafios da digitalização do Estado brasileiro, ao considerar suas especificidades institucionais, políticas e sociais. A análise é baseada em uma revisão bibliográfica especializada e no marco legal e documental de órgãos federais e ministérios envolvidos com o tema, buscando-se compreender de que forma a transformação digital tem sido implementada e quais são os principais entraves para sua consolidação como estratégia eficaz de modernização da administração pública.

A transformação digital no setor público não se restringe à adoção de novas tecnologias, mas envolve mudanças estruturais e culturais que redefinem a forma como os governos operam e se relacionam com a sociedade. Embora o avanço tecnológico possibilite maior eficiência na prestação de serviços e na gestão governamental, a digitalização também apresenta desafios significativos, especialmente quando não está acompanhada de reformas institucionais e de governança adequada. O texto analisa as principais pressões que impulsionam esse processo, tanto externas, como a demanda crescente por serviços públicos acessíveis e eficientes, quanto internas, a exemplo da necessidade de modernização administrativa e dos dilemas estruturais da inclusão digital.

Um dos principais pontos abordados no estudo é a avaliação dos indicadores de maturidade digital utilizados por organismos internacionais, como o índice de maturidade GovTech (GovTech *maturity index* – GTMI) do Banco Mundial, o índice de desenvolvimento de governo eletrônico (*e-government development index* – EGDI) da Organização das Nações Unidas (ONU), e o índice de governo digital (*digital government index* – DGI) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Embora amplamente adotados, esses indicadores apresentam limitações, pois tendem a privilegiar aspectos quantitativos, como o número de serviços digitalizados, sem avaliar adequadamente os impactos qualitativos das iniciativas digitais. O estudo destaca que, para o contexto brasileiro, é necessário um modelo de avaliação que vá além da infraestrutura tecnológica e leve em consideração aspectos como equidade digital, participação cidadã e integração entre diferentes níveis de governo.

O TD conclui que a transformação digital deve ser compreendida como processo dinâmico e multidimensional, que exige estratégias coordenadas entre os diferentes entes federativos e um olhar crítico sobre as métricas de avaliação utilizadas. Mais que um processo de digitalização, a modernização do Estado requer investimentos em governança digital, capacitação

de servidores e desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso equitativo à tecnologia. Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de um modelo de avaliação mais alinhado à realidade brasileira, que permita acompanhar os avanços da digitalização sem reproduzir padrões internacionais que possam ser inadequados para o país.